

Rio cobra incentivos à carreira e fim de contribuição abusiva



A insatisfação dos Auditores-Fiscais do Rio com a estagnação salarial, a falta de estímulos a quem atua em áreas inóspitas e o desconto previdenciário imposto aos aposentados e pensionistas foi registrada no dia 4 de junho, com ato público na entrada do edifício-sede do Ministério da Fazenda. Reunindo colegas ativos e aposentados, a diretoria da DS/Rio formalizou o protesto da categoria pela ausência de incentivos à carreira, além de reivindicar o adicional de fronteira para os AFRFB e a votação da

PEC 555/2006. O ato contou com o apoio da direção da Afiperj, representada pela diretora de Administração, Patrimônio e Orçamento, Maria Ana da Silva; do Sindicato dos Fiscais de Rendas do Estado do Rio de Janeiro (Sinfrerj), através do diretor de Apoio Legislativo, Savério Oliveto La Ruina, e do Sindicato Carioca dos Fiscais de Renda (Sincaf), com a presença do presidente Luiz Antonio Barreto. Na ocasião, os diretores dos Sindicatos do Fisco Estadual e Municipal também defenderam a remuneração por subsídio. **Páginas 3 e 4**

Arraiá em julho

O tradicional Arraiá da DS/Rio reunirá filiados e seus convidados no dia 11 de julho, no Clube Dezesete (Rua Pacheco Leão, 2038, Jardim Botânico). Filiados pagam R\$ 30,00 e podem levar até três convidados, cujo convite individual custa R\$ 40,00. Crianças até 9 anos têm entrada gratuita. Entre 10 e 12 anos, o valor é de R\$ 20,00. Além das brincadeiras e da confraternização, o convite inclui comidas típicas, churrasquinho, cachorro-quente e bebidas diversas – da água ao quentão, passando pelos refrigerantes e a tradicional cervejinha. Para facilitar o retorno para casa, táxis da Cooperativa Hortotáxi estarão disponíveis dentro do clube. Mas, atenção: estejam bem agasalhados, pois o frio noturno é intenso. Ingressos à venda nas Sedes Debret e Quitanda.



ASSISTÊNCIA FUNERAL

Os filiados interessados no plano de assistência funeral em grupo devem fazer contato com a Sede Quitanda (Rua da Quitanda, 30 – 11º andar – tel. 3916-8550 – Cláudia), para assinatura do termo de adesão e informações sobre o contrato. O serviço será prestado pela empresa Planfuri.

RECADASTRAMENTO ESSENCIAL

A DS/Rio irá deflagrar, a partir de julho, campanha de recadastramento dos filiados, visando à atualização de dados residenciais e e-mails pessoais. O recadastramento é essencial, pois um número expressivo de colegas não está recebendo as correspondências da entidade. Além disso, diversos filiados que utilizavam e-mail institucional se aposentaram, mas não forneceram o e-mail pessoal. A DS/Rio fará contato com os colegas através de telefonemas, cartas e panfletagens nos locais de trabalho. Aguardem!

Meta questionável

No mês de junho, uma comemoração do Centro de Atendimento ao Contribuinte da Malha Fiscal de São Paulo (CAC Malha) pelos “números surpreendentes” obtidos “até o mês de abril” preocupou a direção da DS/Rio. A meta de declarações analisadas era de 2.736, mas alcançou 3.764, resultado “38% acima do esperado” e com menos sete auditores-fiscais no setor. A fórmula: redistribuição da meta global e estabelecimento de metas individuais (“para que cada um soubesse exatamente qual a produção que tinha que fazer”).

A direção da DS/Rio destaca a logística empregada para o êxito no batimento de metas, pois irá impactar as futuras mobilizações dos AFRFB, caso seja aprovado o bônus de eficiência institucional. Pelo exemplo, ficou evidente que os “ajustes” na carga de trabalho e a tabela de metas individuais de produtividade podem ser construídos ao sabor da necessidade e da política institucional.

Nesse contexto, não importam os déficits no quadro funcional, decorrentes de vagas insuficientes nos concursos, nem o tempo de análise do processo incompatível com sua complexidade. Os “ajustes” internos no desempenho individual serão impostos verticalmente pela Administração para “fechar” o pacote das metas, cada vez maiores. Os resultados individuais serão apontados e confrontados – todos saberão quanto cada um produz. O espírito de equipe tende a se diluir com o clima de competição, desagregando a coletividade.

Das metas impostas às realizáveis, ficaremos presos aos “ajeitamentos”, numa corrida insana por tempo e desempenho. Além dos riscos para a autonomia funcional e a paridade, exaustivamente apontados pela DS/Rio, a admissão de um bônus vinculado à eficiência institucional para aumentar os rendimentos não se coaduna com esse perfil. Mais do que antes, devemos lutar por salários condizentes com nossas atribuições, dentro da estrutura do Estado brasileiro, e pelos justos reajustes daí decorrentes.



O **Agente Fiscal** é uma publicação da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

- Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu
- Vice-Presidente:** Antônio Henrique Azevedo da Cunha
- Segunda Vice-Presidente:** Maria Gláudia Ferrer Mamede
- Secretário-Geral:** Luiz Roberto Bicalho Domingos
- Diretor de Finanças:** Sonia Maria Bindaes Campos Pereira
- Diretor-Adjunto de Finanças:** Robson Guedes Lassarat
- Diretor de Administração:** Fábio Alves Cabral
- Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marcílio Henrique Ferreira
- Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Bety Gutnik Nisembaum
- Diretora de Defesa Profissional:** Fátima e Silva Rodrigues
- Diretor de Comunicação:** Rodrigo de Almeida Rodrigues
- Diretora de Assuntos de Aposentados:** Eliane Barros Rocha
- Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Sonia Maria Cunha dos Santos
- Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Helio Fernando Mulylaert da Silva Lima
- Diretor-Adjunto de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa
- Diretor de Saúde e Qualidade de Vida:** Leunam Costa Leite
- Diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida:** Airton Gonçalves Dias
- Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Célia Satiyo Seto
- Diretora de Políticas Sociais e Assuntos Especiais:** Teresa Maria da Silva Vagos
- Diretores Suplentes:** Carla Maria Marques da Silva Leal, Eulina Crispiano Lemos Filha, Frederico Lednik, Sônia Chaves Mesentier e Regina da Fátima da S.C. Hardman
- Conselho Fiscal:** Lenine Alcântara Moreira, Rodolfo de Castro Sousa Filho e Luiz Gustavo Pereira Regadas

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sls. 711/712 – Centro
 CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
 Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
 11º andar – Centro – CEP 20011-030
 Fone: (21) 3916-8550

E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: www.sindifisconacional-rj.org.br

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho
Fotos: DS/Porto Alegre, Sidney Trindade e Sônia d’Azevedo
Impressão: Gráfica Sumaúma

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Rio recebe Jurídico Atuarante

Andamento das ações dos 28,86% e dos 3,17% foi questão mais debatida no encontro



A partir da esq., Auditores Sérgio Rosa, Carlos Roberto Teixeira (DEN), Bety Gutnik Nisenbaum, João Abreu e Marcílio Ferreira (DS/Rio)

Os filiados da base Rio receberam o Jurídico Atuarante do Sindifisco Nacional, no dia 10 de junho, para esclarecimentos sobre as ações coletivas ajuizadas. A explanação do diretor nacional de Assuntos Jurídicos, Carlos Roberto (Betinho) Teixeira, sobre as ações dos 28,86%, dos 3,17% e do PSS sobre 1/3 das férias despertou interesse e questionamentos dos filiados presentes ao encontro, no auditório do prédio do MF.

Relatório – Na abertura, o presidente da DS/Rio, João Abreu, solicitou ao diretor Nacional atenção especial aos processos da ação dos 28,86% que transitaram em julgado com negativa de seguimento aos Agravos de Instrumento interpostos ao STJ. Esses processos foram prejudicados pela falta de juntada de documentos essenciais e outras incorreções do escritório contratado pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) para cuidar da ação.

O problema atingiu cerca de 750 filiados e foi identificado pela DS/Rio, em novembro de 2009, após levantamento que originou extenso relatório. Na época, o documento foi encaminhado ao Conselho de Delegados Sindicais (CDS) e alertou a DEN sobre a necessidade de acompanhar com rigor o trâmite dos processos envolvidos, com esclarecimentos periódicos aos exequentes. Mas, até hoje, as informações aos filiados são insatisfatórias ou incompletas.

Lembrando a importância desse acompanhamento, “para que, após tantos anos de tramitação, nossos colegas não fiquem a ver navios”, João Abreu entregou cópia do relatório – cujo teor permanece atual – aos novos diretores de Assuntos Jurídicos do Sindifisco, solicitando sua análise e atualização.

Informações – Carlos Teixeira assegurou que o Jurídico Nacional acompanha atentamente todos os processos existentes no Sindicato, com ênfase para a ação dos 28,86%, devido às especificidades. Segundo ele, foram ajuizadas 100 ações rescisórias, cujo resumo será enviado aos filiados.

Para suprir a insuficiência de informações sobre o andamento das ações coletivas, haverá um espaço no site do Sindifisco Nacional, com acesso restrito ao escritório de advocacia. Já os aposentados e pensionistas que não têm acesso à internet receberão um encarte especial, semestralmente, no boletim IDAAP.

Ação de execução dos 3,17% – Diversas entidades ajuizaram essa ação e os filiados devem acompanhar a execução, desistindo das demais, se for o caso, sob pena de condenação em litispendência ou em litigância de má-fé.

Os colegas oriundos da Previdência não precisam se preocupar, pois a ação ajuizada pela Fenafisp abrange o período de 1995 a 1999, enquanto a da Anfip, de 2001 a 2003. Segundo o diretor nacional, o Sindicato filtrou os dados, para que permaneçam nas execuções somente os colegas que não estavam no rol das execuções dos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Quanto à carta encaminhada aos filiados que não constavam da listagem do MS 3.901, impetrado pelo Unafisco Sindical, que está sendo executado no STJ, Betinho esclareceu que, ainda que os efeitos da decisão da ação do MS 3.901 tenham se restringido ao rol do MS, existe jurisprudência no sentido de que o título judicial se estenda a toda a categoria, representada pelo Sindicato. Por isso, houve petição para que a decisão se estenda aos colegas que se filiaram após março de 1995.

Como a ação de execução prescreve no dia 31 de agosto, a carta oferece àqueles colegas nova oportunidade de promover tal execução. Mas, aponta os riscos envolvidos, como condenação em honorários de sucumbência, caso seja reconhecida judicialmente a ilegitimidade daqueles filiados, por não constarem do rol original.

Ação do PSS (Plano de Seguridade Social) sobre 1/3 das férias – Até o momento, foram efetuados pagamentos referentes a quatro ações, sendo que uma parte dos filiados já recebeu administrativamente os valores resultantes da ação do Sindifisco Nacional de 2011. Por ocasião dos cálculos jurídicos, havendo diferenças, o valor devido será descontado.

No Rio, centenas de colegas oriundos da Previdência, entre ativos e aposentados, foram ressarcidos dos descontos indevidos ocorridos entre 1999 e 2009. Isso ocorreu no final de 2013, depois que uma comissão de dirigentes da DS/Rio, Anfip e Afi-perj reuniu-se com a Superintendente da 7ª Região Fiscal, Auditora Eliana Pólo, para propor meios de agilizar o ressarcimento.

A partir daí, foi criado um Grupo de Trabalho na Divisão de Gestão de Pessoas. Voluntários vinculados à DS/Rio depuraram listagem nominal da antiga Previdência, fornecida pelo Sindifisco Nacional, o que possibilitou o pagamento àqueles colegas.

Futuro encontro – O andamento de outras ações importantes – correção da RAV dos aposentados; abate-teto e GDAT, entre outras –, bem como esclarecimentos sobre o Programa de Assistência Jurídica Individual (AJI), serão temas de futuro encontro do Jurídico Atuarante da DEN com os filiados da base Rio.

CARREIRA E PESSOAL PRECISAM SER VALORIZADOS

Nos atos e eventos relacionados à Campanha Salarial 2014, a direção da DS/Rio vem destacando a necessidade de valorização da carreira, para interromper um processo de esvaziamento que se torna mais evidente a cada ano. Além disso, o déficit de pessoal sobrecarrega diversos setores – em especial, nas unidades aduaneiras, onde ocorrem aposentadorias, mas reposição insuficiente nos quadros.

“As pessoas não suportam o desgaste físico e mental e, com justiça, se aposentam. Nesse momento, abre-se uma lacuna de conhecimento, porque não há gente nova para aprender e dar continuidade ao trabalho”, diz João Abreu presidente da DS/Rio.

Outro ponto essencial é a fixação da data-base dos servidores públicos federais, para instituir definitivamente o processo de negociação salarial anual.

Aduana resiste – O desmonte da Aduana brasileira será debatido no mês de setembro, num seminário Nacional e do Mercosul, cujo eixo será a “Defesa da Aduana e contra sua segmentação”. A proposta é oriunda da DS/Pará, após a instituição de quatro portarias pela Superintendência da 2ª Região Fiscal, no final de março. Em tese, as portarias inauguram um “projeto piloto” para segmentação da Aduana local. As atividades tributárias vinculadas ao comércio exterior serão separadas das atividades de conferência de mercadorias. As normativas foram instituídas sem qualquer estudo ou parecer formal e sem observância do processo de produção legislativa. A participação da categoria no evento será custeada pelo Fundo de Mobilização.

Bônus: quando “mais” vira “menos”

A inclusão na pauta reivindicatória de 2014 da proposta de bônus vinculado à eficiência institucional foi rejeitada por ampla maioria de filiados no Rio, em assembleia nacional realizada no dia 27 de março, mas aprovada em âmbito nacional. Consciente do grave ônus para ativos e aposentados, decorrente de qualquer tipo de bônus ou remuneração variável, a direção da DS/Rio vem pesquisando o sistema

remuneratório de fiscais estaduais e municipais. Foi o que ocorreu durante o ato público realizado no dia 4 de junho, na escadaria do edifício-sede do Ministério da Fazenda. Na ocasião, os representantes dos Sindicatos Estadual e Municipal dos Fiscais de Rendas do Rio de Janeiro destacaram a luta pela vinculação do salário ao subsídio e contra a remuneração por metas.



Savério Oliveto – Sindicato dos Fiscais de Rendas do Estado do Rio de Janeiro (Sinfrerj)

“Somos 800 auditores-fiscais em atividade, metade da capacidade do quadro, e cerca de 1500 aposentados. Em nível nacional, lutamos pela aprovação

da PEC 89, que tramita na Câmara Federal, que propõe teto único entre os Poderes para as carreiras de Estado.

Também lutamos, na Assembleia Legislativa, por emenda à Constituição Estadual, para vincular nosso salário ao dos desembargadores. O instrumento é semelhante à PEC 443, dos AFRFB. Atualmente, o Executivo estadual – quando quer – limita a remuneração dos servidores, vinculando-a ao subsídio do governador. Este, ao comprimir de forma deliberada sua remuneração, estabelecendo-a como teto no Executivo, represa artificialmente nossa remuneração. Uma PEC que equalize o teto remuneratório encerra essa angústia, tranquiliza a carreira e traz benefícios ao Estado.

No Rio de Janeiro, fazemos jus à participação pecuniária eventual (PPE), decorrente do incremento na arrecadação. As metas são bastante duras e nada se recebe quando não são atingidas. Queremos eliminar sazonalidades e proteger ativos, aposentados e pensionistas, porque a Administração estadual tenta, constantemente, subtrair conquistas, principalmente no que se refere à parcela da PPE. Também merece atenção o fato de que, em alguns estados, as gratificações já não contemplam aposentados e pensionistas. Nossa luta é essencial para consolidarmos direitos, mediante processo legislativo, e eliminarmos em definitivo essa gangorra salarial, sujeita aos humores de cada governo de plantão”.



Luiz Antonio Barreto – Sindicato Carioca dos Fiscais de Rendas (Sincaf)

“Existem hoje cerca de 400 Fiscais de Rendas no município do Rio. Temos uma participação de meritocracia, que já foi de 1,5 vezes o salário, mas tem sido

reduzida, de forma gradativa, e este ano foi de 0,81% do salário. Não é extensiva aos aposentados. Nosso sindicato entrou na Justiça, alegando quebra da paridade, mas o Judiciário está dividido. Além disso, há uma proposta de aumento, tramitando na Câmara dos Vereadores, que só contempla parcialmente os aposentados.

É importante destacar a política de quebra da paridade insidiosa existente aqui, no município do Rio. Temos inúmeros aumentos que não são repassados aos aposentados. E as gerações atuais representam os aposentados de amanhã, daí a necessidade de explicar essa política. Sob o manto da eficiência funcional e do resultado imediato, estão impondo uma lógica que acena com pequenos aumentos somente para os funcionários da ativa, retirando o princípio da paridade que sempre norteou a categoria. A questão da previdência complementar aprofunda essa lógica e cabe aos sindicatos, unidos, mostrar o quanto tudo isso é injusto.

Também não temos reajustes há muito tempo. O atual prefeito se comprometeu conosco a mudar a política salarial, entrou com projeto na Câmara, mas isso não prosperou. E foi promessa de campanha dele, em nosso Sindicato!

Lutamos, portanto, para manter a paridade efetiva, porque sob o prisma da meritocracia e de legislações estranhas, promove-se essa quebra. Queremos que a paridade permaneça como uma proteção da carreira”.

PEC 555 LUTA PARA CORRIGIR GRAVE INJUSTIÇA

O desrespeito do Congresso Nacional aos servidores aposentados e seus pensionistas ficou patente no dia 30 de maio. Diante da intensa mobilização nacional pela votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/2006, que lotou o Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, no dia 29, o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, colocou a matéria em pauta na mesma tarde – para retirá-la na manhã seguinte, tão logo os manifestantes deixaram Brasília.

A vice-presidente da DS/Rio, Maria Gláudia Mamede, destacou a estratégia inaceitável do Congresso, uma vez

que a proposta corrige uma grave injustiça, que é a cobrança indevida de contribuição sem qualquer contrapartida do Estado brasileiro. “A postura é injustificável e reflete a falta de preocupação do Legislativo atual com os cidadãos que já deram sua cota à Previdência Social”, afirmou.

A caravana da DS/Rio ao evento em Brasília foi integrada por 52 colegas – muitos deles, inclusive, realizam trabalho parlamentar junto à bancada fluminense, pela votação e aprovação da proposta, que prevê a extinção gradativa da contribuição injusta. No Rio, a atitude do Congresso contribuiu para aumentar a decepção e o descrédito no atual Legislativo.



Auditoras Maria Gláudia Mamede e Bety Gutnik Nisenbaum em reunião da Frente Rio

Frente Rio

A luta pela PEC 555, no Rio, gerou aliança entre diversas entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais. A Frente Rio nasceu em reunião realizada no dia 12 de maio, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Sind-Justiça), com a presença de lideranças e filiados daquelas entidades.

A direção da DS/Rio foi representada pela vice-presidente Maria Gláudia Mamede. Engajada na mobilização, ela destaca a justiça do pleito: “Nós já contribuímos para a Previdência Social quando estávamos em atividade. A contribuição após a aposentadoria não beneficia nem os pensionistas”.



Alerj (26/05)

O objetivo imediato da Frente Rio é mobilizar os servidores públicos e pensionistas residentes no estado para que participem dos eventos em prol da PEC 555 e pressionem os parlamentares da bancada fluminense. O primeiro evento foi uma Audiência Pública no plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), no dia 26 de maio (foto). Além da criação da Frente Rio, houve consenso entre os presentes que este movimento não se esgota com a aprovação da PEC 555, devendo assumir caráter permanente em defesa das principais bandeiras dos servidores públicos.





DS/Rio retorna ao MP em defesa de filiados idosos

Uma comissão formada por diretores da DS/Rio e da Afiperj (foto) esteve no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), no dia 21 de maio, em busca de orientações para o encaminhamento de diferentes casos de abuso econômico contra Auditores-Fiscais idosos. A comissão foi recebida pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Promotor de Justiça Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, que prestou os esclarecimentos necessários para que a DS/Rio proteja coletivamente seus filiados.

Durante a reunião, as entidades encaminharam ao MPRJ o caso de Auditora-Fiscal idosa e aposentada, que pode estar sendo vítima de apropriação indevida por parte de instituição do sistema financeiro. A colega vive só e quer indicação de um curador judicial para seu patrimônio.

Cobiça – Diariamente, a diretoria da DS/Rio recebe notícias ou reclamações efetivas sobre abusos emocionais e econômicos originados pela cobiça – da família ou de terceiros – ao patrimônio do filiado. Os contextos divergem, mas algumas situações são frequentes. Há parentes que se apropriam de forma indevida do

Serviço Social da DS/Rio

A assistente social Léa Carneiro atende na DS/Rio às terças e quintas-feiras, das 9h às 17h. Nos demais dias, realiza atendimentos e visitas aos filiados e pode ser contatada pelo celular (21) 98488-1490.

valor de pensão ou de propriedades; curadores ou prestadores de serviços que oficializam união estável com o idoso, para se beneficiarem de pensão e herança; instituições financeiras, administradoras de planos de saúde e até bancos que oferecem ou vinculam aposentados e pensionistas a programas, empréstimos consignados e serviços de todo tipo, gerando dívidas enormes ou mesmo a insolvência financeira dos idosos.

Serviço Social – Os casos são sistematizados e encaminhados à direção sindical pelo Serviço Social da DS, que conta com a assistente social Léa Carneiro para buscar soluções técnicas em cada situação. Quando existem aspectos legais envolvidos, ela também faz a ponte com a diretoria de Assuntos Jurídicos. No entanto, certas demandas individuais podem repercutir na coletividade e abrem espaço para uma investigação do Ministério Público.

Participaram da reunião a segunda-vice-presidente Maria Gláudia Mamede, a diretora Adjunta de Assuntos Jurídicos, Bety Gutnik Nisenbaum, o diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida, Airton Gonçalves Dias, a diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentadoria e Pensões, Sonia Cunha, a diretora de Administração, Patrimônio e Orçamento da Afiperj, Maria Ana da Silva, e a Assistente Social da DS/Rio, Léa Carneiro.

Desconto indevido em contracheque

Entre janeiro de 2010 e agosto de 2013, o filiado Paulo José Cansanção teve desconto indevido, em contracheque, em favor de duas empresas gestoras de previdência privada complementar. Ocorre que o filiado não autorizou o desconto porque jamais contratou aquele serviço. O desconto totalizou R\$ 3.574,14 – restituídos ao colega no mês de abril, pela gestora atual do plano, mas sem correção. Antes, o Auditor peregrinou por diversos órgãos, para entender a origem do caso.

Paulo José identificou o fato somente este ano, ao reunir e analisar seus documentos para a declaração anual do Imposto de Renda. No Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção de IR na Fonte, enviado

pelo Ministério da Fazenda – que é a fonte pagadora –, tais descontos constam como “Deduções”, na rubrica “Contribuição à Previdência Privada e ao Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI”.

Consignações facultativas – O colega destaca, ainda, que a “Contribuição ou mensalidade para plano de Previdência Privada Complementar” é uma das onze **consignações facultativas** – ou seja, *descontos incidentes sobre a remuneração, subsídio ou provento, mediante autorização prévia e formal do interessado* – previstas no Decreto 6.386/2008. Esse decreto regulamenta o artigo 45 da Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no

âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Portanto, podem ocorrer descontos indevidos nos contracheques de colegas, em decorrência das outras consignações facultativas previstas no decreto, mas não autorizadas pelos Auditores.

Paulo buscou apoio sindical para alertar os colegas e a DS/Rio divulgou o fato no Agente Fiscal Eletrônico nº 028, de 15 de maio, solicitando que os filiados analisem seus contracheques e comuniquem qualquer irregularidade à Diretoria de Assuntos Jurídicos, na Sede Quitanda (Rua da Quitanda, 30 – 11º andar – telefone 3916-8550). A DS está preparando dossiê sobre casos de apropriações indevidas, para envio ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

Passeios reúnem filiados no segundo semestre

A diretoria da DS/Rio programou três passeios inesquecíveis para seus filiados, no segundo semestre. Em setembro, um cruzeiro pelos rios da Amazônia desvendará o cenário fabuloso da maior floresta do mundo. Em novembro, as Serras Gaúchas aguardam os colegas com o *tour* tradicional por Gramado, Canela e Nova Petrópolis. E, para fechar com chave de ouro o ano de 2014, os festejos de Natal e Ano Novo serão na Ilha da Madeira, com degustação do famoso vinho local. Informações e reservas com Cláudia, na Sede Quitanda (Rua da Quitanda, 30 – 11º andar – Tel. 3916-8550). Mas, atenção: as vagas são limitadas e a procura, sempre expressiva.

Setembro (6 a 12) - Cruzeiro de luxo em Manaus



Saída do Rio de Janeiro, voando pela Gol. Hospedagem no Hotel Tropical de Manaus, com entretenimentos e *city tour*. Parte marítima: três dias de navegação no Iberostar Grand Amazon, em sistema *all inclusive* e jantar de gala com o comandante, na última noite. Palestras sobre fauna e flora amazônicas. Passeios de lancha. Caminhadas em trilhas da região. Visita a comunidade indígena no Rio Cuieiras.

Novembro (10 a 15) - Serras Gaúchas



Saída do Rio de Janeiro, voando pela TAM. Hospedagem no Hotel Alpestre, em Porto Alegre. *City tour* em Gramado, Canela e Nova Petrópolis, com visitas às principais atrações locais. Na noite de 12/11, opcional Espetáculo Nativitaten, uma surpreendente ópera a céu aberto.

No dia 13, em Gramado, opcional para Snowland, primeiro parque de neve das Américas, e, à noite, Grande Desfile de Natal. Dias 14 e 15, passeios ao Vale do Vinhedo e Caxias do Sul, com hospedagem no Hotel Blue Tree.

Dezembro/Janeiro (26/12 a 02/1) - Réveillon na Ilha da Madeira



Saída do Rio, rumo a Lisboa, para aproveitar as promoções pós-Natal. No dia 28, *transfer* para Funchal e muita diversão e beleza nas visitas às principais atrações turísticas locais, embaladas pelo vinho e a fabulosa culinária lusitana. O ano termina com a tradicional ceia de *réveillon*.

Atividades de integração na Sede Debret

As atividades de integração na Sede Debret da DS/Rio incluem aulas de conversação em inglês e francês, dança de salão, pandeiro e instrumentos de percussão, com professores especializados. Os encontros semanais possibilitam aprendizado e diversão aos colegas ativos e aposentados. Informações e inscrições na Sede Debret (Rua Debret, 23 – Sl. 711) ou pelos telefones (21) 3125-3808 (Márcia) ou (21) 3125-3809 (Vania).

HORÁRIOS

Francês - 3ªs e 5ªs, das 9h às 10h30m

Inglês britânico – 2ªs e 4ªs, das 13h às 14h

Inglês norte-americano – 3ªs e 5ªs, das 13h às 14h

Dança de Salão – 3ªs e 5ªs, das 12h às 13h

Percussão – 4ªs, das 12h às 13h

Pandeiro – 4ªs, das 13h às 14h

Novos uniformes

O grupo dirigente da Casa Estrelas do Amanhã (CEAM) agradece aos colegas que contribuíram com a campanha "Uniformes 2014". Graças às doações, os alunos da CEAM estão recebendo uniforme completo, inclusive o de inverno. A campanha alcançou pleno êxito!

COMEMORAÇÃO ESPECIAL



O Auditor aposentado Moacyr Calvão de Almeida completou centenário de vida no dia 30 de março e comemorou a data especial em sua residência, na companhia dos colegas Maria Gláudia Mamede (ao centro), José Mamede e Clotilde Guimarães. Alegre e hospitaleiro, o colega elogiou a visita, o bolo de aniversário e a placa comemorativa presenteada pelo Sindifisco Nacional.

PORTO ALEGRE DEBATE TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA FISCAL

Representada pela diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, Célia Satiyo Seto, e pela Auditora Efigênia Nolasco Duarte, a DS/Rio participou do Seminário de Tributação e Justiça Fiscal, em Porto Alegre (RS), nos dias 28 e 29 de abril. Organizado pela DS local, o seminário debateu o nível da desigualdade social gerada pelo sistema tributário fiscal brasileiro. Os participantes definiram propostas de aperfeiçoamento da legislação que contemplem o interesse da sociedade, com base nos princípios constitucionais e de solidariedade e igualdade.

Em sua palestra, o Auditor Marcelo Lettieri (DS/Ceará) lembrou que o Brasil possui o quarto pior resultado da América Latina em carga tributária e concentração de renda, devido à tributação indireta, que é regressiva. A proposta para torná-la progressiva envolve questões como: fim da tributação pelo lucro presumido; aumento das faixas do IRPF e redução das alíquotas; extinção da tributação exclusiva e dos benefícios fiscais como na distribuição de dividendos.

Previdência complementar em debate

Os diretores Helio Muylaert (Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares) e Airton Gonçalves Dias (Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida) representaram a DS/Rio no seminário realizado em Brasília, no dia 28 de maio, sobre o sistema previdenciário complementar dos servidores públicos do país. Aprovado em 2012, à revelia da quase totalidade das categorias envolvidas, o novo regime é gerido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que possui 220 patrocinadores e terá eleições para os respectivos Conselhos em outubro.

O seminário focou o papel da Funpresp e as especificidades dos fundos de pensão – funcionamento, garantias e riscos. Segundo Helio Muylaert, as discussões evidenciaram “a fragilidade na gestão dos fundos de pensão no Brasil e o risco que envolve esse tipo de previdência complementar”.

IJF apresenta Donos do Congresso

No dia 29 de abril, o Instituto de Justiça Fiscal (IJF) lançou o site **Donos do Congresso** (<http://www.donosdocongresso.com.br/>), que traz informações sobre o financiamento das campanhas eleitorais brasileiras, entre 2002 e 2010. O IJF mapeou os financiadores e o nível de comprometimento de candidatos e partidos com o empresariado, em prejuízo dos projetos de interesse social. A DS/Rio, uma das entidades apoiadoras do IJF, foi representada pela diretora Célia Satiyo Seto.

Pesquisas do IJF mostram que os gastos em campanhas eleitorais no país triplicaram entre 2002 e 2010, com maciça participação de conglomerados econômicos. Na campanha de 2010, as contribuições empresariais foram de quase R\$ 5 bi. Esse investimento maciço



AFRFB Dão Real apresenta o site

em determinadas candidaturas difícil – ou inviabiliza – o acesso ao Congresso de candidatos que não têm grandes financiadores. O custo para a democracia é alto pois, como destaca o texto de apresentação do

site, “quem paga a banda escolhe a música”. O ditado popular sintetiza um fato inquietante – a enorme representação política dos donos do capital, que investem alto em benefício de seus negócios.

Plantão na DS/Rio

Os diretores da DS/Rio Eliane Barros e Airton Dias fazem dois plantões semanais na Sede Quitanda, para ouvir e orientar os filiados em questões específicas. Respondendo pela diretoria de Assuntos de Aposentadoria e Pensões, Eliane Barros cuidará das dúvidas e dificuldades apresentadas pelos colegas aposentados. Já o diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida, Airton Gonçalves Dias, dará orientações aos filiados vinculados aos planos de saúde Assefaz e Geap.

Os plantões são realizados às **terças e quintas-feiras, das 9h30m às 12h30m.**

A Sede Quitanda da DS/Rio fica na Rua da Quitanda, 30 – 11º andar, Centro – telefone (21) 3916-8550.